

38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**SPG 019 – REPENSANDO E RESSIGNIFICANDO A ECONOMIA, O
MERCADO E SEUS DISPOSITIVOS DE LEGITIMAÇÃO**

**SUSTENTABILIDADE E AÇÃO SOCIAL ECONÔMICA NA REDE
PRODUTIVA DO PLÁSTICO VERDE**

Rodrigo Foresta Wolffenbüttel

Caxambu, outubro de 2014

SUSTENTABILIDADE E AÇÃO SOCIAL ECONÔMICA NA REDE PRODUTIVA DO PLÁSTICO VERDE.

Rodrigo Foresta Wolffbüttel¹

INTRODUÇÃO

A crise climática e os relatórios publicados no fim do século passado pelo grupo de cientistas do Clube de Roma, “Os limites do crescimento” (Meadows et al., 1972) e “Além dos limites” (1992) – os quais afirmavam que a manutenção nos padrões de consumo e crescimento industrial levariam, num futuro próximo, ao esgotamento dos recursos naturais – alteraram radicalmente a percepção da continuidade da vida humana na Terra. Embora não haja consenso científico sobre as dimensões destes riscos, diferentes agentes econômicos (profissionais, empresas, consumidores, financiadores, governantes) vem alterando suas práticas e discursos em direção a novos valores ambientais (CAPPELIN; GIULIANI, 2006). As modificações mais latentes podem ser vistas em diversos sistemas de gestões ambientais: desde índices de avaliações sustentáveis em carteiras financeiras de empresas (SARTORE, 2012), passando por práticas de responsabilidade social corporativa, concepções de capitalismo das partes interessadas (ANDRADE, 2009), até políticas de consumo e produção de inovações voltadas para a sustentabilidade (MAIMON, 2001).

Tendo isto em vista, o objetivo central do *paper* é compreender e analisar a relação entre o fenômeno social da institucionalização da sustentabilidade como um valor e as transformações na ação econômica empresarial. O estudo em questão versa sobre este processo de institucionalização de valores sustentáveis no interior de redes produtivas empresariais; mais especificamente, aborda as recentes transformações nas concepções empresariais de sustentabilidade e economia verde a partir do crescente conjunto de pressões sociais que ampliaram os riscos de contestabilidade sobre as práticas e reputações das empresas.

Nesta análise, adota-se uma perspectiva diversa da tese das esferas autônomas e hostis (ZELIZER, 2009). A ênfase do estudo repousa precisamente sobre a dinâmica de

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.

influência mútua entre mercados e sociedade, embasada em estudos e teorias da sociologia econômica (ABRAMOVAY, 2004). O argumento a ser explorado, com base na observação do caso da rede produtiva do plástico verde (abaixo caracterizada), é sobre uma relação múltipla, oriunda da produção sistêmica de riscos ambientais da sociedade contemporânea, que resultou no processo reflexivo de difusão e institucionalização de valores sustentáveis. Por sua vez, estes valores relacionam-se e tencionam-se com a realidade econômica empresarial, promovendo mudanças nas suas concepções e transformando sua ação em consideração a este novo contexto.

Os efeitos produzidos em decorrência destes processos de elaboração e difusão da concepção de sustentabilidade como um valor legítimo na esfera empresarial, podem ser considerados como fenômenos economicamente relevantes (WEBER, 2009), pois afetariam indiretamente os desdobramentos da ação econômica empresarial. Logo, trata-se de alterações nas formas de ação social econômica, isto é ação movida por interesses, porém estes devem ser compreendidos em suas duas dimensões, material (como, ação racional com vistas a fins, operando por uma “racionalidade formal”) e ideal (como, ação racional com vistas a valores, operando por uma “racionalidade substantiva”), correspondendo sempre a um contexto de significados socioculturais ou à mentalidade de uma época (WEBER, 2009). O eixo teórico que norteou a pesquisa foi a tese de que a alteração paulatina deste contexto em direção a valores sustentáveis transformou, por intermédio da capacidade cognoscitiva dos agentes sociais e de seu monitoramento reflexivo, a ação econômica empresarial. E esta, por sua vez, contribuiria para estruturação deste contexto (GIDDENS, 2009).

Entretanto, ao investigar sobre o tema da sustentabilidade o que se percebe é uma grande divergência em relação a sua definição e utilização pelos diferentes grupos sociais (empresas, ONGs ambientalistas e órgão públicos). Sua aplicação varia desde suas origens científicas vinculadas a noção de resiliência, capacidade de um ecossistema absorver tensões ambientais sem mudar seu estado ecológico para um estado diferente; podendo ser utilizada para expressar vagas intenções organizacionais de continuidade e durabilidade (VEIGA, 2010); ou até mesmo adjetivar projetos políticos de desenvolvimento mais incluídos e abrangentes (SACHS, 2000). Embora a existência de imprecisos sentidos seja inerente à construção de valores, e com a sustentabilidade não seria diferente, sua difundida utilização nos mais variados contextos (político, científico e econômico) possibilita o surgimento de conflitos entre as concepções de

sustentabilidade, ou ainda, embaça e confunde os discursos e práticas das diferentes concepções.

Todavia, a perspectiva aqui adotada não é ingênua a ponto de considerar estas transformações descoladas dos processos de “*greenwashing*”, em que empresas e organizações visam a se apropriar indevidamente de imagens sustentáveis, mas propõe-se a investigar estas transformações empresariais, sendo o “*greenwashing*” um dos tipos mais rasos, com base em uma lógica de gerenciamento antecipado da contestabilidade social (HOMMEL; GODARD, 2005). Em outras palavras, para além do desgastado debate sobre as contradições do desenvolvimento sustentável, buscou-se investigar a relação entre o processo de legitimação da sustentabilidade e as transformações na ação econômica empresarial em sua dinâmica recursiva, buscando evitar a contestação social de suas atividades.

Para tanto, foram investigadas as recentes mudanças em torno do surgimento do plástico verde, um produto desenvolvido pela Braskem S.A., em 2007, por meio de pesquisas e tecnologia nacional, voltado para a sustentabilidade e marcado por um selo “verde”. Trata-se de um produto inovador cujas propriedades materiais e fins de utilização são exatamente os mesmos de seu antecessor, porém tem como diferencial sustentável a matéria prima renovável de sua composição, ao invés de uma matéria prima fóssil. Ou seja, utiliza etanol como matéria prima ao invés de petróleo, caracterizando, assim, uma origem renovável. Este produto teria surgido em meio a um processo de contestação do plástico convencional como um produto potencialmente poluidor, devido ao seu baixo custo e grande longevidade, por meio da atuação de ONGs e grupos ambientalistas junto a órgãos públicos. Contudo, uma das maiores vantagens desse produto relaciona-se a sua adequação aos objetivos do milênio vinculados à redução da emissão dos gases de efeito estufa, uma vez que o plástico verde captura mais CO₂ do que o plástico convencional.

Com base neste contexto, a pesquisa investigou relatórios anuais, da última década, de quatro empresas ligadas a rede produtiva do plástico verde, buscando compreender de que forma estas diferentes empresas internalizaram e propuseram suas concepções de sustentabilidade e, mais recentemente, de economia verde. Para isto foi realizada uma análise de conteúdo que levou em consideração a utilização dos termos, sua frequência e evolução, assim como os espaços disponibilizados para temas mais amplos que as informações financeiras. A análise aponta não apenas para uma expansão

dos temas não financeiros, mas para uma alteração na concepção do próprio relatório, passando de informe econômico voltado para investidores, para, em alguns casos, um padronizado relatório de prestação pública de contas dos principais impactos socioambientais envolvidos na atividade produtiva, envolvendo inclusive os próprios afetados. Nos últimos anos, os relatórios foram guiados por um padrão de diretrizes elaborado por uma organização internacional *Global Reporting Initiative* (GRI), porém, apesar deste padrão representar a formalização de princípios orientadores voltados para metas globais, as respostas empregadas pelas empresas apontam para uma maior complexidade nesta relação entre sociedade e mercado, revelando diferentes graus de adequação aos modelos e diferentes concepções de sustentabilidade em suas práticas discursivas, mais ou menos pautadas por concepções empresariais de economia e empreendedorismo.

Tendo em vista que o estudo se interessou pela emergência e articulação do valor sustentável no ambiente produtivo, optou-se pela seleção de uma realidade produtiva potencialmente arriscada para o meio ambiente, todavia alegadamente comprometida com a minimização de seus riscos e com a preservação do ambiente. Embora o universo possível de ações empresariais voltadas para esta preocupação ambiental seja extenso e variado, passível de debates e questionamentos, foram utilizados dois critérios de seleção principais para o estudo: a produção de inovações voltadas para a sustentabilidade e a integração à rede global de produção. Estes critérios, contudo, foram utilizados devido às implicações teóricas envolvidas e à proposta de debate em torno destas. De forma sucinta, para alguns autores a proposição de novas tecnologias sustentáveis é um dos principais recursos contra a degradação do meio ambiente e, por sua vez, a integração global teria consequências importantes na cooperação e disseminação destes valores. Em conformidade com estes critérios, e ainda por apresentar um elemento de controvérsia científica, foi selecionada como objeto de estudo algumas empresas da rede² produtiva do plástico verde.

A mencionada rede é relativamente nova, uma vez que a primeira planta industrial do produto foi inaugurada no município de Triunfo (RS) em 2010, porém encontra-se em constante expansão. Segundo o último relatório anual da Braskem, o produto já conta com mais de 50 clientes, o que significa a adesão de um número

² O conceito de rede é utilizado na pesquisa, em vez de cadeia, pois permite uma leitura mais flexível da estrutura produtiva e abrange outros fluxos que não necessariamente o de produtos.

significativo de empresas ao plástico verde e a sua proposta sustentável. Uma vez que o plástico verde possui as mesmas características do polietileno comum, as empresas que integram a rede e o utilizam em suas embalagens não possuem nenhuma necessidade de alterar seus processos produtivos. Porém, o fato de optarem por um produto com valor mais elevado, mas vinculado a uma proposta de sustentabilidade, indica uma aderência destas empresas a este valor.

Para tanto, o *paper* está organizado da seguinte forma: Na próxima seção são trabalhados os indícios de institucionalização da sustentabilidade, assim como o histórico deste processo. Na seção seguinte são apresentados a dinâmica da ação empresarial a partir da emergência deste valor. Numa terceira seção são analisados os dados coletados junto aos relatórios anuais das empresas vinculadas a rede do plástico tendo em vista suas transformações ao longo dos anos. Para, por fim, nas considerações finais, um balanço destas alterações e os possíveis direcionamentos teóricos da análise.

A EMERGÊNCIA DE UM VALOR

Embora a noção de sustentabilidade possua origens próprias e específicas, sua atual expansão e popularização está intimamente ligada à trajetória de um conceito fundamental para a teoria social. O conceito de desenvolvimento, na forma de substantivo, passou a contar, no fim do século passado, com o adjetivo sustentável para expressar um novo projeto político e modelo de desenvolvimento. Logo, é impossível falar de sustentabilidade sem considerar sua intrincada conexão com o desenvolvimento sustentável. Contudo, a ideia de desenvolvimento trilhou uma longa carreira solo antes de unir-se novamente a questão dos seus possíveis limites naturais.

A trajetória teórica do conceito esteve por muito tempo vinculada à positividade e às mudanças orientadas a partir de metas definidas. Tal como durante o período Iluminista europeu, com os conceitos de civilização e progresso, por intermédio do avanço da razão sobre as tradições, da ciência sobre o mundo, do universal sobre o particular. Mas também após o advento das Revoluções Industriais, quando as melhorias das condições materiais de vida das sociedades ocidentais, através do desenvolvimento técnico-científico, eram associadas ao progresso da humanidade (DUPAS, 2007). Todavia, os trágicos desfechos da Segunda Guerra Mundial tenderam a arrefecer esta

crença inabalável no progresso por intermédio do avanço da razão, ciência e tecnologia, Estado e burocracia.

Não tardou, contudo, a surgir um novo critério, ou melhor, uma nova meta para o desenvolvimento. Durante o período de reconstrução do pós-guerra é inaugurado um período histórico em que o desenvolvimento, baseado nas políticas de Estado, é pautado pelo crescimento econômico e pela expansão da indústria nos moldes fordistas e taylorista. Neste período a noção de desenvolvimento associa o crescimento econômico, medido pelo produto interno bruto dos países, ao progresso tecnológico derivado do processo de urbanização e modernização industrial. Todavia, com a aproximação da Guerra Fria, este desenvolvimento intermediado pela industrialização passou a representar não apenas um processo no qual os países “centrais” estavam envolvidos e interessados, mas uma política de intervenção onde havia dois projetos de sociedade em disputa (socialista e capitalista), e em que todos os países deveriam alcançar o pretense desenvolvimento. De dinâmica da transformação social o desenvolvimento transformou-se em uma meta necessária e alcançável a todos mediante auxílio externo.

Contudo, em meados da década de 1970, começavam a despontar entraves ambientais a este tipo de desenvolvimento. Um marco representativo do debate, em nível internacional, é a mencionada publicação do livro “Os limites do crescimento” (MEADOWS et al, 1972), publicado no mesmo ano da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Nesta publicação um grupo de cientistas do Clube de Roma, através de um modelo computacional, avaliou as consequências futuras da manutenção das taxas de crescimento econômico e populacional sobre a poluição e a exaustão dos recursos naturais. Embora os resultados tenham sido acusados de alarmistas e alvo de críticas por não considerarem transformações na base produtiva e social, sua publicação foi fundamental para introduzir a questão da finitude dos recursos no debate econômico e popularizou a questão ambiental.

Outra crítica contundente aos resultados do livro partiu dos países do hemisfério sul, através da Declaração de Cocoyok (1974) e do Relatório Fundação Dag-Hammarskjöld (1975), nestas publicações a principal crítica salientava a necessária diferenciação na contribuição dos países ricos e pobres para as previsões sobre a exaustão dos recursos naturais e reivindicava o direito dos países pobres de crescerem economicamente (BRÜSEKE, 2001). De sorte que as primeiras tentativas de elaborar

políticas internacionais abrangentes sobre a questão ambiental esbarraram no impasse do crescimento econômico. Contudo, a partir de 1980, com a publicação do relatório *World Conservation Strategy*, liderado pela União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais (IUCN), inicia-se um processo de institucionalização da problemática ambiental ao largo da questão do crescimento econômico (NOBRE; AMAZONAS, 2002).

Este movimento seria reforçado em três importantes eventos internacionais, a Sessão Especial do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) em 1982, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de Estocolmo (1987), onde foi publicado o relatório *Our Common Future*³, e a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro (1992). Segundo Nobre e Amazonas (2002), estes encontros internacionais constituíram o projeto de institucionalização do modelo de Desenvolvimento Sustentável, um conceito deliberadamente vago e contraditório, mas capaz de instaurar uma arena de disputa política e mediar posições até então inconciliáveis. Em outras palavras, a instauração do conceito permitiu uma transição da questão do crescimento econômico como contraditório às preocupações ambientais, para a questão de como o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado. Esta transição teria permitido um consenso mínimo para o diálogo entre a maioria das nações sobre a problemática ambiental.

Todavia, devido à polarização que originou sua formação, a ciência econômica e a ecologia tenderam a ocupar posições de vanguarda no debate. De acordo com Veiga (2008), a possibilidade de exaustão dos recursos naturais e da transposição de limites não retornáveis pela expansão contínua do sistema econômico, impôs sérios desafios à teoria macroeconômica. Os principais limites citados pelo autor dizem respeito a pressupostos básicos da economia mais ortodoxa, tais como a noção de recursos naturais como capitais valorados e substituíveis, o princípio de equilíbrio mecânico que contraria a irreversibilidade de alguns processos de degradação ambiental e seu escopo, voltado para gestão de recursos no prazo de poucas gerações. Segundo o autor, a tentativa de superação destes limites envolveria estender a economia a um campo que não é seu.

De qualquer forma, apesar dos esforços de conciliação do desenvolvimento sustentável, grande parte do debate teórico girou em torno do impasse entre crescimento

³ Neste documento o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

econômico e sustentabilidade ambiental, marcado principalmente por duas correntes opostas pelo diferente “grau de confiança que depositam na possibilidade de novas tecnologias virem a reverter os obstáculos ambientais à continuidade do crescimento econômico” (VEIGA, 2008, p.170). Este ponto é muito importante para o estudo, pois o argumento de que o desenvolvimento (crescimento econômico) e o meio ambiente (manutenção dos estoques de recursos naturais e capacidade de absorção do ecossistema humano) não são contraditórios, é baseado na crença do desenvolvimento de inovações tecnológicas mais eficientes e em mecanismos de mercado que incentivem responsabilidade ambiental⁴. E é sobre esta crença que grande parte das empresas capitalistas elabora seus discursos de responsabilidade ambiental sem contrariar o pressuposto básico de expansão de vendas (MAIMOM, 2001).

Por outro lado, o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável ocorre em meio a um contexto de transformações políticas, econômicas e sociais que apontaram para as limitações e contradições do modelo de desenvolvimento anterior. Segundo Rist (2008), esta seria uma característica inerente do conceito de desenvolvimento, permeado por contradições, a dinâmica do discurso envolveria uma constante reconfiguração de suas metas, reflexo de seus fracassos e tropeços. Em tese, o conceito envolveria uma clara dissociação da noção de desenvolvimento da necessidade de crescimento econômico. Tratar-se-ia de um embuste, uma contradição em termos, em que o único elemento a ser sustentado nesta proposta é a política de intervenção dos países ricos sobre os países pobres, numa continuação da lógica tutelar desenvolvimentista (RIST, 2008). Para o autor, o conceito paradoxal envolveria a inserção da realidade numa perspectiva diferente, transformando o problema do desenvolvimento, e todas suas consequências intervencionistas, em solução desejável. Já na perspectiva de autores como Nobre e Amazonas (2002), o conceito é político-normativo e faz parte de um processo de institucionalização da problemática ambiental na política internacional, sem contrariar *a priori* o crescimento econômico. O fato de o conceito ser deliberadamente ambíguo fazia parte de sua proposta de delimitação de uma disputa política, porém os

⁴ Esta perspectiva, denominada Modernização Ecológica, concentra-se nos processos de modernização da própria modernidade, por meio da reparação de uma falha (defeito) do desenho estrutural da própria modernidade: a destruição institucionalizada da natureza, através de processos de modernização tecnológica voltados para o desenvolvimento de produtos e processos que gerem menos resíduos, consumam menos energia e sejam menos agressivos ao meio ambiente (OLIVIERI, 2009).

desdobramentos posteriores não eram previstos, não como um jogo onde as cartas já estavam marcadas previamente.

No final do século passado, a partir das primeiras crises mundiais do petróleo, o modelo de produção industrialista hegemônico, assim como as políticas de governo keynesianas, começaram a ruir diante da crescente interdependência dos mercados internacionais e suas imprevisíveis transformações (CASTELLS, 2005). Após um turbulento período de retomada da ortodoxia econômica convencional e expansão de programas liberais, com abertura radical de mercados nacionais e privatizações em massa em diversos países, novos projetos de desenvolvimento começam a ganhar destaque. Estes, porém, deveriam dar conta de uma complexidade de novas dimensões até então ignoradas, ou não relacionadas ao desenvolvimentismo.

Este novo projeto político de desenvolvimento não trata mais somente de crescimento econômico e progresso tecnológico, surgem novas demandas de novos atores sociais, em novas relações: demandas por participação, autonomia, informação, equidade social, melhores condições de vida e responsabilidade ambiental. Desse novo contexto, surgem noções de Desenvolvimento como Liberdade⁵ (SEN, 2010), que embasariam índices de desenvolvimento complexos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e a noção de Desenvolvimento Sustentável (SACHS, 2000), assentada sobre um projeto de desenvolvimento mais abrangente e includente, e voltada para oito diferentes dimensões do processo de desenvolvimento: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional. Esta última noção possui o mérito de enfatizar, além das outras dimensões, o risco potencial envolvido na manutenção das formas de produção e consumo industrial atual, frente aos impactos e limites suportáveis pela natureza. Logo, trata-se de um conceito onde os recursos naturais são percebidos como finitos e, portanto, devem ser preservados a fim de possibilitar oportunidades de desenvolvimento às gerações futuras.

Em uma linha mais macro teórica, o surgimento desta preocupação com o meio ambiente estaria ligado à condição atual da produção de riqueza sistematicamente acompanhada pela produção social de riscos (BECK, 2010). A recente série de publicações e estudos voltados para os riscos envolvidos nos padrões de consumo e

⁵ Expansão das liberdades individuais como principal fim e meio para o desenvolvimento, através da eliminação de tudo que limita as escolhas e as oportunidades elementares das pessoas, que reduziriam suas capacidades.

produção industriais⁶, assim como a ocorrência de catástrofes ambientais decorrentes de atividades industriais (Bhopal, 1984; Chernobyl, 1986, Exxon Valdez, 1989; Fukushima, 2011, etc.), tende a fortalecer esta perspectiva. Ou seja, a produção de riscos, inerentes à produção industrial, deixaria de ser tratada como mero efeito colateral do progresso tecnológico e econômico e passaria a comprometer a continuidade do processo de desenvolvimento industrial. A sociedade de risco seria marcada pela autoconfrontação dos limites e efeitos imanentes do sistema da sociedade industrial, estes, porém, tenderiam a passar de efeitos colaterais necessários, para questões públicas e conflitos políticos. Este argumento, torna-se relevante para auxiliar na discussão sobre as recentes transformações produtivas e de consumo nas sociedades capitalistas, pois insere a questão do risco na esfera pública e produtiva industrial. Permitindo observar as implicações sociopolíticas, debates, controvérsias, ações de resistência e colaboração, ou seja, a dinâmica política envolvida no processo produtivo a partir de uma perspectiva não voltada exclusivamente para os interesses econômicos.

Diferentemente da perspectiva de Beck, para o sociólogo britânico Anthony Giddens a sociedade moderna é reflexiva, porém num nível diferente. Enquanto Beck foca numa reflexividade racional-individual, Giddens (1995) enfatiza a importância da reflexividade institucional para os atuais desdobramentos da modernidade. Segundo o autor o monitoramento reflexivo não é exclusivo da sociedade moderna, mas estende-se a qualquer ação rotineira humana. Contudo, na modernidade, a tradição perderia espaço como mecanismo de coordenação das práticas sociais, estas seriam permanentemente renovadas e reavaliadas através de novas apropriações dos conhecimentos, produzidas sobre as próprias ações e sistemas sociais onde atuam. Esta dinâmica reflexiva ocorre mediante sistemas abstratos, sistemas de peritos produtores de conhecimento especializado e fichas simbólicas, como o dinheiro, que implicam também em alongamento espaço-temporal da modernidade.

A certeza que anteriormente era assegurada pela tradição é substituída pela incerteza da razão crítica moderna derivada do conhecimento científico. Logo, os riscos sociais da modernidade, não são devidos a falhas operatórias ou erros humanos, mas trata-se de consequências impremeditadas da própria dinâmica reflexiva do conhecimento social. Esta recursividade propõe que conhecimento atuaria sobre a

⁶ “Os limites do crescimento” e “Além dos limites” (Meadows et al., 1972; 1992); “Prosperity without grow: Economics for a Finite Planet” (Jackson, 2009).

sociedade moderna, que por sua vez se modificaria em função deste corrigindo-se e conseqüentemente alterando as bases do próprio conhecimento. Isto significa que na modernidade o risco é sistêmico, parte integrante de sua dinâmica, porém pode ser visto também como oportunidade.

O conhecimento especializado está aberto à reapropriação a qualquer pessoa com tempo e recursos necessários para ser instruída; e a prevalência da reflexividade institucional significa que há uma contínua triagem de teorias, conceitos e achados especializados em relação à população leiga [...] Os hábitos e as expectativas tendem a ser reformados em termos da triagem profunda da informação de uma maneira mais ou menos automática. Entretanto, as formas mais deliberadas e concentradas de engajamento são comuns. Como já se enfatizou, estas podem ser individuais ou coletivas; podem cobrir os elementos idiossincráticos da vida cotidiana de uma pessoa ou ser globais em seu caráter (GIDDENS, 1995, p.113).

É com base nesta dinâmica que os agentes sociais tenderiam a revisar e reformular suas práticas a partir do conhecimento social sistematicamente gerado. Isto se estenderia aos agentes empresariais, que, com base nas transformações na percepção da relação entre humanidade e natureza, na finitude desta última (derivada dos padrões atuais de produção e consumo), apoiada em estudos científicos e conferências internacionais, modificariam reflexivamente sua ação econômica visando a adequar-se a esta nova situação. Todavia, devido à complexidade da questão e a ausência de consenso sobre todos os riscos envolvidos na atividade produtiva, se apoiariam em sistemas de especialistas, como os cientistas do IPCC⁷ e a captura de CO² (no caso do plástico verde) que não contrariassem os pressupostos básicos de sua atividade econômica, como a obsolescência programada, a introdução sistemática de novos produtos e a expansão das vendas.

Ainda que todas as perspectivas apresentadas possuam seus méritos por enfatizar pontos relevantes da discussão, é a noção de sustentabilidade proposta Veiga (2010) que melhor se adequa aos propósitos deste estudo. O adjetivo sustentável, ao ser adicionado ao lado do substantivo desenvolvimento, representa a emergência de um novo valor que, apesar de não ser unívoco, expressaria “esperança de que seja possível compatibilizar a expansão de suas liberdades [humanas] com a conservação dos ecossistemas que constituem sua base material” (VEIGA, p.39). Ou seja, um novo valor “cujo sentido

⁷ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas resultado da cooperação entre a Organização Meteorológica Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente das Nações Unidas.

essencial é de responsabilidade pelas oportunidades e limites que condicionarão as vidas das próximas gerações” (VEIGA, p.40). Esta perspectiva aproxima-se da noção cara à Sociologia Econômica de que as ações econômicas se estabelecem no interior de um contexto social, ou seja, são permeadas por formas recorrentes e padronizadas de relações sociais e não podem ser concebidas ou compreendidas de forma isolada (WEBER, 2009). Com base nesta abordagem, as supostas esferas econômica e social não operariam através de lógicas autônomas e inconciliáveis (ZELIZER, 2009), mas por intermédio de fronteiras constantemente negociáveis e em disputa. É justamente o processo de emergência deste valor, ainda que não unívoco, que tencionou a maneira com que as sociedades industriais relacionam-se com a natureza, promovendo disputas e transformações em torno do tema.

Paralelamente aos eventos e publicações internacionais mencionadas acima, a esfera institucional do meio ambiente brasileiro foi adquirindo maior relevância e complexidade conforme o debate sobre o desenvolvimento sustentável avançava. Em 1973, ano após a primeira conferência da ONU em Estocolmo, o governo federal criou a primeira secretaria de meio ambiente. Na época, a Sema era subordinada ao Ministério do Interior e respondeu tanto as demandas dos estratos técnicos do governo quanto as pressões dos investimentos internacionais. Ao longo da década de 1970, foram criadas as primeiras instituições de controle ambiental nos âmbitos estaduais, tais como a Cetesb em São Paulo e a Feema no Rio de Janeiro, e com elas surgiu o dispositivo do licenciamento ambiental.

Segundo Lopes (2004), este trabalho de construção institucional do meio ambiente não se relaciona apenas com as pressões da política internacional, mas encontra-se “permeado por conflitos sociais”. Tal como no caso do decreto de lei de 1975, “que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais”. Esse decreto, promulgado em meio ao regime militar, teve sua origem com base em um conflito social que culminou com um processo judicial pelo fechamento de uma fábrica de cimento em Contagem-MG, devido a emissões de partículas e a não observância das regulações municipais. Até então interpretados como externalidades necessárias ao progresso e a modernização, os danos ambientais vinculados a estes projetos políticos/econômicos começavam a ser questionados por associações e entidades preocupadas com os impactos da atividade industrial sobre o ambiente. O exemplo pioneiro é a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

(AGAPAN), fundada em 1971 por José Lutzenberger, que em meados da década de 1970 protagonizou um embate público, via jornais locais, contra a indústria de celulose Borregard por suas emissões no estuário Guaíba em Porto Alegre.

No ano de 1981 é sancionada a Lei 6938/81 que dispõe sobre “a Política Nacional de Meio Ambiente seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”, essa política tinha por objetivo conter os ímpetus desenvolvimentistas desenfreados e controlar os danos ambientais de megaprojetos como Itaipu e a Transamazônica, por seu intermédio é promulgado um arcabouço institucional que estabelece e articula na esfera federal o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Meio Ambiente, único com poder legislativo. Em meio ao processo de abertura política, os conflitos ambientais começavam a promover dissensões entre as esferas de governo estatal e municipal recém eleitas democraticamente (LOPES, 2004). No ano de 1895 é criada a lei de ação civil pública, que “disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos”. Com a promulgação desta lei os cidadãos conquistaram o direito de recorrer à justiça em defesa do meio ambiente, permitindo que o Ministério Público, estados, municípios, fundações e associações envolvidas com questões ecológicas movam processos contra qualquer agressor do meio ambiente.

Em 1986, no interior da política nacional de meio ambiente, através da resolução do Conama 001/86, eram definidas as atividades sujeitas ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e ao Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), que exigiam estudos para o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, incluindo possíveis audiências públicas com diversos segmentos da população afetada pelo empreendimento. Em 1989, após a Carta Constitucional que reafirmou o direito dos cidadãos de mover ações civis questionando danos ao ambiente e concedeu aos estados e municípios o poder de controlar a poluição de forma mais restritiva, todos os órgãos governamentais ligados ao meio ambiente foram reunidos no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Na esteira da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, e de suas publicações oficiais (Convenções Internacionais, Carta da Terra e Agenda 21), foi criado o Ministério do Meio Ambiente e aprimorado o arcabouço legal de proteção ambiental nacional. Em 1998, com a Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9605 de 1998), foi

estendida a responsabilidade da pessoa jurídica à responsabilidade da pessoa física. Com isso, diretores, administradores, membros do conselho, gerentes, auditores e prepostos ou mandatários de pessoa jurídica podem ser processados e condenados criminalmente quando, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixarem de impedir a sua prática (CAPPELIN; GIULIANI, 2006).

Portanto, apesar das contradições inerentes ao discurso do desenvolvimento sustentável, seus efeitos sobre a legislação ambiental nacional e conflitos sociais são suficientemente perceptíveis para justificarem a emergência de uma “questão ambiental”. Convém lembrar que a emergência deste valor sustentável ocorre em meio a um contexto de grandes e importantes mudanças no cenário nacional (BRESSER-PEREIRA, 2006), que vão desde abertura política e econômica, passado pela implementação de uma nova carta constitucional, até os novos modelos de gestão do Estado, empresas e sociedade.

CONCEPÇÃO EMPRESARIAL

Estas alterações na legislação ambiental nacional são fruto de uma série de conflitos sociais que envolveram grandes projetos voltados para o desenvolvimento econômico, como o polêmico caso da usina hidrelétrica de Tucuruí-PA; desastres ambientais, como o caso do acidente radioativo com Césio 137 em Goiânia; além da crescente pressão internacional devida aos altos índices de desmatamento florestal e predação de espécies ameaçadas de extinção na fauna nacional. E, portanto, são representativas de uma proposta de relação com o meio ambiente regulada, onde há limites considerados seguros para emissão de resíduos e exploração de recursos naturais, regras para utilização de substâncias controladas e penalidades para aqueles que não cumprirem com as normas. Embora hoje em dia isto pareça óbvio, trata-se de uma configuração recente na história institucional.

Todavia, ainda que essa evolução da regulação ambiental e suas sanções legais seja sintomática da sustentabilidade enquanto um valor ascendente na sociedade nacional, do ponto de vista da ação empresarial torna-se ainda mais relevante o crescente interesse e preocupação da opinião pública com esta temática. Não somente pelo potencial do consumidor como importante fator na transformação social (MILLER, 2007), que, por intermédio da atuação política de movimentos sociais econômicos, busca

redefinir o mercado e os valores em jogo (PORTILHO, 2005), mas também devido à possibilidade de contestação social mais ampla de suas atividades.

Ainda que estes movimentos sociais econômicos pautados por valores (economia solidária, comércio justo, produtos orgânicos, consumo sustentável, *slow food*) sejam representativos deste tipo de consumo político, sua atuação ainda tende a restringir-se a formas periféricas de consumo, levadas a cabo por uma pequena parcela de consumidores engajados. Estes movimentos representam uma forma de contestação que atua por meio de redes alternativas de comercialização, que buscam mobilizar os consumidores para as consequências de suas escolhas e fornecer alternativas. Porém, a contestação social das atividades empresariais pode atingir níveis muito mais críticos, passando desde conflitos sociais e judiciais (LOPES, 2004; LIMA; SANTOS, 2013) até a completa perda de legitimidade social da empresa.

Em casos como este, a empresa pode ter restringidos seus direitos de exploração de recurso naturais e ver ameaçado seu crescimento econômico, pois trata-se de uma crise de credibilidade, onde não apenas a imagem da empresa é abalada mas sua reputação enquanto conjunto de “relações sociais duráveis, dotadas de conteúdo informativo, concepções, ideias e valores, sobre o que significa fazer negócios”, ou seja “um conjunto de significados partilhados com base nos quais os atores se identificam como pertencentes a certo campo social” (ABRAMOVAY, 2012, p.130). Uma vez alcançado este grau de contestação, a empresa passaria a operar em meio a adversidades que põem em cheque o conjunto de crenças que contribuem para justificar e sustentar sua atuação. Os objetos contestados tendem a autonomizar-se de qualquer mediação realizada pelos peritos, e a crítica generaliza-se, atuando como um estigma sobre a empresa e suas atividades. Tal como nos casos de empresas que atuam com organismos geneticamente modificados na Europa (HOMMEL; GODARD, 2005), ou no caso de grandes acidentes como o vazamento de petróleo no Golfo do México em 2010.

No caso específico do mercado do plástico, diversas ONGs ambientalistas consideram seu uso abusivo e destinação inadequada a principal causa de alagamentos e intoxicação de animais, sendo a garrafa PET e a sacola plástica de supermercados apontadas como as principais vilãs. No ano de 2012, período mais dramático do embate que envolveu empresas do plástico, supermercados e Secretaria de Meio Ambiente do Estado São Paulo, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proibiu temporariamente a distribuição gratuita de sacolas plásticas nos supermercados do

Estado. Contudo, este TAC foi suspenso mediante uma elaborada defesa dos benefícios do plástico, focada nas possibilidades de reciclagem, e do código do consumidor, que supostamente passaria a ser onerado com os custos desta mudança.

Diante destes riscos, parece razoável que um crescente número de agentes econômicos empresariais busque, mediante uma monitoração reflexiva de sua conduta, evitar estas crises de contestabilidade social. Todavia, a noção de sustentabilidade é polissêmica. Num entendimento mais antropocêntrico e catastrófico, a sustentabilidade é o oposto ao colapso, ou degradação de nossas civilizações. Contudo, este colapso é um evento futuro, incerto e complexo. Neste sentido, qualquer prática que possa contribuir para prorrogar este colapso pode ser compreendida como sustentável. Por sua vez, se considerarmos a proposta de sustentabilidade como solidariedade sincrônica e diacrônica entre gerações, a questão de como realizar o equilíbrio entre estas solidariedades é repleta de controvérsias e fatores imponderáveis. Logo, a utilização da noção sustentabilidade não consegue abranger todos os aspectos deste impasse. O que a torna mediada e construída socialmente por critérios específicos e restritos. Tal qual o plástico verde com a captura de CO₂ por meio de sua matéria prima renovável, a cana de açúcar. Critério que encontra-se em concordância com as principais diretrizes da ONU e do IPCC, no combate ao aquecimento global mediante efeito estufa, mas que não esgota questões como o uso da terra para monocultura.

Portanto, o processo de construção e apropriação da noção de sustentabilidade passa por disputas entre diferentes grupos sociais. E as associações e federações empresariais têm demonstrado especial interesse nesta temática. A criação do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em 1997, o surgimento de fundos de investimento sustentáveis, índices de sustentabilidade empresarial (SARTORE, 2012), relatórios de sustentabilidade, selos verdes e certificações voltadas para a gestão ambiental como a ISO 14001⁸ e outras mais recentes como a ISO 26000 (INMETRO, 2013), são importantes indicadores deste crescente interesse empresarial na sustentabilidade e seus critérios de avaliação.

⁸ A série ISO 14001 consiste na certificação de um grupo de padrões e diretrizes relacionadas com a gestão ambiental. Já a ISO 26000 versa sobre a responsabilidade social, expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Esta é uma norma de uso voluntário (cf. www.iso.org).

De acordo com estudos (CAPPELLIN; GIULIANI, 2006) sobre a temática da Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas (RSAE), o conceito de sustentabilidade para os empresários brasileiros vincula-se, primeiramente, ao desenvolvimento econômico da empresa. Neste sentido, a “preservação do meio ambiente só é sustentável se houver lucro econômico. Em outras palavras, uma prática ambiental que não se sustente economicamente, não é uma prática sustentável” (CAPPELLIN; GIULIANI, 2006, p.62). Ou seja, a concepção de sustentabilidade empresarial estaria intimamente ligada à noção de perenidade do negócio e da organização, à sua capacidade de se adaptar a novos mercados, melhorar sua imagem pública, ou incrementar a produtividade através de processos mais eficientes. Contudo, e apesar desta vinculação estreita por parte da maioria, há algumas empresas nacionais que propõe uma concepção de sustentabilidade mais ampla como uma estratégia de desenvolvimento da sociedade, onde a empresa atua como um elemento deste projeto.

Portanto, torna-se imperativo investigar mais de perto como a emergência desse valor e sua apropriação pelas empresas transformou suas ações e suas concepções estratégicas em relação ao meio ambiente e a natureza. Para tanto, a próxima seção dedica-se a investigação desta transformação ao longo da última década, por intermédio de um canal de comunicação concebido pelas próprias empresas, com a participação de outros setores da sociedade: seus relatórios administrativos anuais, mais recentemente chamados de relatórios de sustentabilidade.

Uma vez que o plástico verde possui as mesmas características do polietileno comum, as empresas que integram a rede e o utilizam em suas embalagens não possuem nenhuma necessidade de alterar seus processos produtivos. Porém, o fato de optarem por um produto com valor mais elevado, mas vinculado a uma proposta de sustentabilidade, indica uma aderência destas empresas a este valor. Estas mudanças, contudo, não são gratuitas, em geral, as empresas que participam da rede produtiva do plástico verde encontram-se pressionadas por valores e padrões de qualidade do mercado internacional, porém, conforme demonstrado anteriormente, a legislação nacional também tem evoluído em direção ao fortalecimento dos padrões de proteção ambiental, obrigando as empresas a adequarem-se e investirem em proteção ambiental. Somada a isto, fatores como a crescente procura e preocupação de consumidores por produtos com menor potencial agressivo ao ambiente, também têm influenciado na elaboração de práticas e discursos ecologicamente responsáveis nas empresas, sendo o plástico verde uma destas. Portanto,

na rede produtiva em questão, a adesão a uma inovação voltada para a sustentabilidade aponta para a crescente relevância dos valores ambientais na produção industrial.

Um dos mais latentes reflexos desta preocupação pode ser verificado nos relatórios de sustentabilidade que algumas empresas têm produzido, juntamente com seus *stakeholders*⁹, e publicado anualmente. Historicamente este tipo de comunicação empresarial restringia-se aos acionistas por meio de demonstrativos financeiros. Porém, no final da década de 1970, surgem os primeiros balanços sociais, ainda voltados principalmente para o público interno, tratam sobre condições de trabalho e emprego. Nas décadas seguintes os modelos de balanço social passam a enfatizar consumidores, clientes e comunidades próximas. Com o desenvolvimento da concepção de partes interessadas (*stakeholders*), passam a abranger diversos segmentos da sociedade e realizar auditorias externas em suas publicações. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) lançou, em 1997, uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social e propôs um modelo simplificado de auto avaliação das práticas das organizações, que posteriormente tornou-se os modelos de balanços sociais também voltados para o público externo (ETHOS, 2007). Embora os critérios ambientais já figurassem nestes balanços sociais, estavam longe de possuir a relevância que adquiriram atualmente.

Os relatórios das empresas selecionadas para análise são guiados por um novo padrão de diretrizes elaborado por uma organização internacional, *Global Reporting Initiative* (GRI), e representa não apenas a formalização de princípios orientadores voltados para metas globais de sustentabilidade, mas uma importante mudança em relação aos antigos relatórios financeiros, voltados exclusivamente para os acionistas e gestores. Pois, além de apresentarem indicadores vinculados a outros aspectos não estritamente econômicos, tais como promoção de programas sociais, tratamento de resíduos e emissões de gases de efeito estufa, representariam uma concepção mais participativa e inclusiva das metas empresariais, uma vez que pressupõe uma série de consultas às diversas partes interessadas da atividade econômica (comunidade, ONG's, trabalhadores, universidades, e governos).

Porém, estes esforços empresariais em desenvolverem produtos, processos e gestões mais eco amigáveis, não necessariamente problematizam a possibilidade de

⁹ Em uma definição ampla *Stakeholder* pode ser “qualquer grupo ou indivíduo capaz de influir ou ser influenciado pela consecução dos objetivos da organização” (FREEMAN, 1984, p. 46).

apropriação deste discurso de modernização ecológica (MOL, 2002), em proveito da manutenção do paradigma de crescimento industrial anterior. Pelo contrário, segundo os autores mais críticos (BOFF, 2013), reconfigurações constantes no discurso sobre desenvolvimento fazem parte de sua lógica contraditória. Portanto, convém analisar de que forma é utilizada a noção de sustentabilidade nas concepções empresariais e de que maneira esta utilização lida com as possíveis contradições mencionadas.

A REDE DO PLÁSTICO VERDE

Não obstante a rede de produção do plástico verde seja composta de um grande número de empresas, incluindo fornecedores, servidores, parceiros e terceiros, foram selecionadas para a pesquisa quatro grandes empresas que participam da cadeia produtiva do plástico verde e que elaboraram na última década balanços sociais pautados por estas concepções de relação ética e transparente com todos os públicos com que a empresa se relaciona e que estabeleceram metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade. São elas: a empresa petroquímica inventora e detentora da patente do produto (Braskem), e três empresas consumidoras que aderiram ao plástico verde para a confecção de embalagens para seus produtos (Natura, Kimberly-Clark, e Danone).

Figura 1 – Frequência e cobertura percentual do termo sustentabilidade nos relatórios

Empresas	Referências		Cobertura	
	Ano	Ano	2002	2012
Braskem	5	91	0,02%	0,24%
Natura	2	68	0,02%	0,09%
Danone	0	208	0%	0,37%
Kimberly Clark¹⁰	8	84	0,07%	0,33%

Fonte: Elaborado pelo autor

Uma primeira análise superficial dos relatórios anuais já indica uma clara mudança de enfoque com base em seus títulos. As quatro empresas investigadas publicaram, até meados dos anos 2000, relatórios anuais de administração ou balanços sociais, contudo, nos últimos anos passaram a publicar relatórios anuais de

¹⁰ O período escolhido para análise deve-se ao ano em que a maior parte das empresas investigadas divulgaram seus primeiros relatórios anuais e ao ano dos últimos relatórios divulgados. Com exceção da Kimberly-Clark que disponibiliza seu primeiro relatório em 2004.

sustentabilidade, alguns em paralelo como relatórios econômicos como no caso da Danone, outros substituindo-os, como as demais. Juntamente com a adesão ao padrão internacional GRI, essa mudança discursiva torna-se um claro indício da sustentabilidade como um importante valor para essas empresas. Outro indício pode ser percebido mediante a observação da expressiva expansão da frequência de termos como sustentabilidade e seus correlatos nos relatórios ao longo dos anos, conforme figura acima.

No entanto, para melhor explorar a transformação da atitude empresarial diante da relevância da concepção de sustentabilidade, foram elaboradas três categorias de análise. Apesar da dimensão essencialmente discursiva dos relatórios, estas categorias visam a captar mudanças também na ação socioeconômica da classe empresarial. E para tanto exploram elementos que tem efeitos sobre as condutas dos agentes econômicos, tais como os indicadores de desempenho, além é claro da adesão a inovações sustentáveis como o plástico verde. São elas: *Concepção*, que busca identificar o que é o relatório (seu público alvo, organização e dimensão); *Estratégia*, para onde vai a empresa e como pretende chegar lá (objetivos, visão e mensagem dos administradores); e por fim os *Indicadores de Desempenho* para o desenvolvimento sustentável proposto pelas empresas.

Apesar de existirem diferenças importantes entre as empresas investigadas, inclusive em relação ao seu escopo não cabe aqui realizar uma análise detalhada de seus matizes¹¹. Portanto, os dados das empresas foram agregados a fim de serem melhor apresentados, porém as principais diferenças são ressaltadas ao longo da exposição.

A partir da adesão das empresas ao padrão internacional do GRI, a concepção do relatório tornou-se diversa. Não apenas devido aos conteúdos obrigatórios na construção do relatório (perfil, forma de gestão e indicadores de desempenho) que estenderam em muito a dimensão dos relatórios duplicando-os em alguns casos. Mas a própria elaboração do relatório passou a depender da participação de outros segmentos da sociedade, convidados pelas empresas para formular a matriz de temas relevantes (materialidade), com as qual as empresas elaboram os aspectos a serem contemplados pelos relatórios. Logo, não apenas o público alvo do relatório tornou-se mais abrangente, direcionando-se para a sociedade em geral, como um tema de interesse público, mas sua

¹¹ Esforço empreendido com maiores detalhes na dissertação em andamento que deu origem ao *paper*.

elaboração também passou a contar com a participação de alguns elementos convidados pelas empresas. Além de empresas que são contratadas para realizarem auditorias externas.

Figura 2 – Concepção dos relatórios 2002 - 2012.

Categoria	Crítérios	2002	2012
Concepção	Público Alvo	Acionistas, clientes, fornecedores e comunidade.	Clientes, parceiros, integrantes, governo, fornecedores, comunidades, academia e acionistas.
	Organização	Perfil; Destaques Econômicos; Mensagem dos Administradores; Aspectos Econômicos e Financeiros; Recursos Humanos; Responsabilidade Social e Ambiental; Governança Corporativa; Demonstrações Financeiras	Mensagem dos Administradores; Destaques Econômicos Ambientais e Sociais; Prêmios e Reconhecimentos; Perfil; Estratégia e Sustentabilidade; Desempenho Econômico e Socioambiental; Informações sobre o Relatório.
	Dimensão	Menos de 100 páginas	Entre 150 e 200 páginas

Fonte: Elaborada pelo autor.

Outro aspecto que chama atenção na comparação entre os períodos é a forma como se apresentam os relatórios, num primeiro momento destacando aspectos econômicos e financeiros, bem como ressaltando a robustez e a expansão do negócio, e deixando os aspectos sociais e ambientais para um segundo plano. Em conformidade com a lógica de Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas (CAPPELLIN; GIULIANI, 2006), onde estes aspectos são tratados como externalidades do processo econômico, diante dos quais as empresas devem posicionar-se de forma responsável. Já os relatórios mais recentes, organizam-se de maneira mais imbricada. A sustentabilidade e o negócio confundem-se, não como elementos contraditórios e externos que devem ser controlados, mas, por vezes, indistinguíveis entre si tal como nas seções de *estratégia de sustentabilidade* e *gestão de sustentabilidade*. Nesta proposta, a sustentabilidade aparece como um aspecto central e indissociável da atividade econômica. Como um projeto em que pesem os três aspectos do desenvolvimento de forma “sinérgica” (ambiental, econômico e social).

Contudo, retomando as críticas sobre o caráter intrínseco expansionista do modo de produção capitalista e a contradição que isto representa (BOFF, 2013), permanece o risco de esta sinergia não ocorrer conforme o esperado e submeter os outros dois aspectos ao domínio do econômico. Neste sentido, o social e o ambiental seriam essenciais para a continuidade do desenvolvimento econômico da empresa, logo caberia preservá-los o máximo possível, conquanto não contrariem a expansão econômica do negócio. Todavia, ainda que esta concepção prevaleça, as mudanças observadas nas *Estratégias* das empresas apontam para um alongamento do escopo estratégico. Uma das principais críticas à racionalidade econômica utilitarista, reside sobre o fato dela operar considerando curtos períodos de tempo, pautado por retornos imediatos aos investimentos realizados. A sustentabilidade enquanto estratégia empresarial envolveria períodos que extrapolam os períodos econômicos habituais (meses, anos, gestões) e necessitariam considerar períodos maiores que uma geração.

Este tipo de alongamento pode ser percebido ao observar os objetivos das empresas, pautados não mais estritamente por critérios econômicos, mas comprometidos com metas que envolvem longos períodos de tempo, como o combate a mudanças climática por intermédio da redução da emissão de gases do efeito estufa.

Figura 3 – Estratégia das empresas segundo os relatórios 2002 - 2012.

Categorias	Crítérios	2002	2012
Estratégia	Objetivos Futuros	Empresa de classe mundial; Líder mundial.	Um modelo de liderança; Marca de expressão mundial; Líder mundial do seu escopo sustentável.
	Princípios e Propósitos	Governança corporativa e Excelência em produtos e processos; lógica de qualidade, competitividade e sustentabilidade, por intermédio de práticas inovadoras e eficientes.	Inovar para servir as pessoas; Criar e comercializar produtos e serviços que promovam o bem-estar; Ser essencial para uma vida melhor.
	Mensagem dos Administradores	Foco no desempenho econômico, produtividade, crescimento, expansão dos negócios e diferenciais competitivos.	Foco no desempenho com base em, ou traduzidos para indicadores ambientais e sociais; Prêmios e reconhecimentos conquistados nestes aspectos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Estes objetivos estariam vinculados aos mais recentes princípios e propósitos das empresas, voltados para termos como *bem estar social e vida melhor*, que envolveriam ações e condutas muito mais abrangentes do que o simples desempenho econômico. E para fortalecer este tipo de posição as empresas citam os prêmios e reconhecimentos externos conquistados que atestariam sua conduta sustentável (Guia Exame de Sustentabilidade), sua integração a carteiras financeiras sustentáveis, tais como Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e ICO₂ Índice de Carbono Eficiente, além dos diversos acordos e protocolos que são signatárias: Declaração Internacional da Produção mais Limpa do PNUMA, Pacto Global das Nações Unidas e Carta de compromissos Rio+20 (2012).

Todos estes parâmetros e reconhecimentos indicam uma clara mudança na agenda empresarial em direção à sustentabilidade como um valor importante para o negócio. Mas não apenas isto, pois grande parte destes prêmios e compromissos encontram-se no interior do circuito empresarial ou em fóruns onde estes possuem grande relevância. Logo, percebe-se o papel de destaque dos próprios empresários na construção dos critérios de sustentabilidade, ou como sugere Sartore (2012, p.20) “eles constituem o polo dominante, ou seja, a versão sobre sustentabilidade criada por eles se tornou a linguagem comum do evento [Rio+20]”. Embora os critérios que compõe esta versão da sustentabilidade e a forma como estes foram selecionados possa ser alvo de amplas críticas e contestações, a adoção de uma postura radical cética, que os nega antes de analisá-los, mostra-se pouco esclarecedora do fenômeno. Mais adequado torna-se uma postura que interessa-se pela dinâmica reflexiva que perpassa esta lógica, os riscos envolvidos e as oportunidades geradas. Portanto, convém investigar também os indicadores construídos e utilizados pelas empresas para melhor compreender no que consiste esta sustentabilidade.

O modelo de desenvolvimento sustentável que orienta os relatórios de sustentabilidade recentes é baseado na noção de *Triple Bottom Line*, criado em 1990 pelo britânico John Elkington, fundador da ONG SustainAbility, e se pretende economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. Essa definição de desenvolvimento sustentável, focada nas três dimensões, é alvo de críticas por suprimir outras importantes dimensões envolvidas neste projeto, tal como a dimensão política e cultural, consideradas essências para mudança de paradigma (NASCIMENTO, 2012) e

por não abordar as mencionadas contradições envolvidas na lógica expansionista e consumista inerente ao modo de produção capitalista. Contudo, ainda que não resolva estas questões, o modelo proposto pelo padrão GRI estende este tripé ao desagregar a dimensão social em quatro diferentes categorias (Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente; Direitos Humanos; Sociedade; e Responsabilidade pelo Produto). Todas estas categorias se dividem em uma série de aspectos, com diferentes indicadores, que refletem o desempenho das empresas nestes quesitos.

Figura 4 – Dimensões e aspectos do desempenho dos relatórios 2012.

Dimensão Econômica	Dimensão Ambiental	
Desempenho Econômico Presença no Mercado Impactos Econômicos Indiretos	Materiais Energia Água Biodiversidade Emissões Efluentes e Resíduos	Produtos e Serviços Conformidade Transporte Geral
Dimensão Social		
<i>Práticas Trabalhistas e Trabalhos Decente</i>	<i>Direitos Humanos</i>	
Emprego Relações entre Trabalhadores e a Governança Saúde e Segurança no Trabalho Treinamento e Educação Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Práticas de Investimento e Processos de Compra Não-Discriminação Liberdade de Associação e Negociação Coletiva Trabalho Infantil Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo Práticas de Segurança Direitos Indígenas	
<i>Sociedade</i>	<i>Responsabilidade pelo produto</i>	
Comunidade Corrupção Políticas Públicas Concorrência Desleal Conformidade	Saúde e Segurança do cliente Rotulagem de Produtos e Serviços Comunicações de Marketing Privacidade do cliente Conformidade	

Fonte: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (2006).

Os indicadores, por sua vez, desdobram-se em essenciais e adicionais nos diferentes aspectos e são utilizados como critério para avaliação dos níveis de aplicação das diretrizes do GRI. Estes variam de C a A+, onde C é o nível mais baixo de aplicação e A o mais alto, o + significa que houve avaliação externa. Convém ressaltar que os relatórios das quatro empresas investigadas possuem nível de avaliação GRI A+. Ademais, os indicadores devem obedecer alguns critérios de apresentação de dados: As

informações devem contemplar além do período do relatório, sua tendência em relação aos períodos anteriores; Os dados, se normalizados, ou utilizarem índices, devem apresentar também os valores absolutos; Devem utilizar do sistema métrico internacionalmente aceitos e calculados usando fatores de conversão padrão, além de utilizar as unidades convencionadas em protocolos existentes internacionalmente reconhecidos.

Esta série de indicadores e aspectos padronizados contrasta com os indicadores apresentados nos relatórios do começo da década, onde além dos detalhados demonstrativos financeiros destacavam-se indicadores como EBITDA, Receita Líquida, Receita Bruta, Volume de Produção, Volume de Vendas, Faturamento, Investimentos em Capital, Número de Empregados e Investimentos em Inovação. Atualmente os destaques ficam por conta da Receita Líquida, Expansões Acionárias, Volume de Produção, mas também indicadores de Emissões de Gases do Efeito Estufa, Pegada Hídrica, Geração de Resíduos Sólidos, Consumo de Energia, Taxa de Frequência de Acidentes e Inovações voltadas para a sustentabilidade. Indicando uma nítida permeabilidade da realidade econômica aos emergentes valores sustentáveis, inclusive como promotora dos critérios e modelos de sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o retratado processo de emergência da sustentabilidade como um valor nos diversos espaços sociais, e considerando a dinâmica de imbricação entre relações sociais e práticas econômicas, era de se esperar que uma parcela dos agentes empresarias se tornassem sensíveis a esta mudança em direção à sustentabilidade. Contudo, isto não significa uma mudança isenta de conflitos e disputas. Pelo contrário, o que se percebe ao longo da exposição é uma contenda, desde as origens do desenvolvimento sustentável, pelo sentido e implicações da noção de sustentabilidade.

Diante da crescente ambientalização dos conflitos sociais e sob o risco cada vez mais difuso de uma crise de contestabilidade social, algumas empresas, como as que integram a rede produtiva do plástico verde, passaram a gerenciar reflexivamente o impacto de suas atividades sobre a natureza. Esse gerenciamento, entretanto, passa por uma nítida construção da sustentabilidade com base critérios formulados por um sistema

de peritos, internacionalmente reconhecidos¹², apropriados e trabalhados pelas empresas, com vistas a adequarem-se as novas formas socialmente aceitas de produzir, sem contrariar as bases do modo de produção capitalista.

Essa adequação faz parte de uma estratégia empresarial pautada pela sustentabilidade, ou seja, uma estratégia de médio-longo prazo que percebe a adesão a esse valor como necessária e oportuna para o futuro da empresa na sociedade. Não somente com base no futuro das regulamentações, possivelmente mais restritivas, e pressões de mercado, mas tendo em vista suas próprias reputações perante a opinião pública e os riscos vinculados a isto. Ademais, a noção de sustentabilidade torna-se ainda mais atrativa por envolver retornos tangíveis como a redução de custos a partir do aumento da eficiência e gerar novas oportunidades de mercado, traduzindo-se em termos como *capital natural*, *empreendedorismo sustentável* e *economia verde*.

Tais termos tornam razoáveis as críticas e desconfianças dos céticos em relação às potencialidades destes discursos, uma vez que se assemelham a uma superficial apropriação econômica destes valores. Principalmente quando baseados em propostas voltadas exclusivamente para mecanismos de mercado como solução para os problemas ambientais, tais como os créditos de carbono, ou depositam uma fé inabalável nas transformações tecnológicas, deixando de lado questões relevantes ao modo de produção capitalista, tais como a acumulação ilimitada e a expansão generalizada do consumo. Ao mesmo tempo, são indícios de uma mudança na gestão empresarial, em que organizações são “moldadas por fatores que, longe de exprimir uma essência imutável, refletem circunstâncias históricas que podem ser transformadas pela intervenção humana” (ABRAMOVAY, 2012, p.194). Pois, considerando a limitada relação que as empresas capitalistas mantinham com a sociedade, pautadas exclusivamente pelo lucro e pela geração de empregos, justificando toda sua atuação no interior dos limites legais a partir destes dois aspectos, estes relatórios de sustentabilidade representam um elevado grau de interdependência entre a realidade empresarial selecionada e estes novos valores socioambientais.

Todavia, esta dinâmica se mostra complexa e multilateral, ainda que a ascensão destes valores reflita na conduta de algumas empresas, como as investigadas pelo estudo, estas não os adotam de forma passiva e automática, pelo contrário, procuram atuar

¹² O que não implica no consenso científico.

recursivamente sobre a própria noção de sustentabilidade, construindo e legitimando-a a partir de critérios de eficiência energética, emissão de gases do efeito estufa, pós-consumo, pegada hídrica e análise do ciclo de vida. O fato de as transformações na ação econômica empresarial pautara-se por estes critérios, construídos por peritos e apropriados aos seus fins, reflete uma noção de sustentabilidade sintonizada com a formalização destes princípios orientadores em um nível global. Contudo, a questão da solidariedade sincrônica e diacrônica proposta pela noção clássica de sustentabilidade é complexa e repleta de fatores imponderáveis, que a impedem de abranger todos os aspectos deste impasse. Manifesta-se, portanto, não como um conceito, mas com uma intenção, um valor cujos meios encontram-se em disputa na sociedade, e ao que parece, as empresas não pretendem ficar de fora desta discussão, em que todos têm muito a perder.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e a interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v.16 n. 2, novembro de 2004.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Ed Abril, 2012.

ANDRADE, Flávio A. Empresas “responsáveis” pela comunidade: o ativismo social empresarial como estratégia de gestão. **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, GT 28, 2009.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, 26 (2): 203-230, 2006.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (org.). **Nosso futuro comum**. Editora da FGV, 1987.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 5ª ed. Recife: Cortez, 2001.

CAPPELLIN, Paola; GIULIANI, G. M. **A economia política da responsabilidade empresarial no Brasil: As dimensões sociais e ambientais**. Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social. Estudo número 14, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. V.1. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

DUPAS, Gilberto. O Mito do Progresso. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. nº 77: 73-89. Março de 2007.

ETHOS, Instituto. **O balanço social e a comunicação da empresa com a sociedade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

FREEMAN, R.E.. **Strategic Management: A Stakeholder Approach**. Boston: Pitman Publishing, 1984.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. São Paulo, 2006.

HOMMEL, Thierry; GODARD, Olivier. Contestação social e estratégias de desenvolvimento industrial: aplicação do modelo da gestão contestável a produção industrial de OGM. In: Varella, Marcelo Dias & Barros-Plataiu, Ana Flavia (orgs.). **Organismos geneticamente modificados**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

INMETRO. Dados estatísticos, disponível em: http://www.inmetro.gov.br/gestao14001/dados_estat.asp?Chamador=INMETRO14&tipo
≡ acessado em novembro de 2013.

OLIVIERI, Alejandro. **A teoria da Modernização Ecológica: Uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos**. 2009. 199 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

LIMA, Raphael J.C.; SANTOS, Rodrigo. **Formas de Ação Econômica e Economicamente Relevante na Mineração de Ferro: o caso dos conflitos socioambientais em Congonhas (MG)**. 37º Encontro anual da ANPOCS, ST 09, 2013

LOPES, Jose Sergio et al. (orgs.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

MAIMOM, Dália. Responsabilidade Ambiental das Empresas Brasileiras: Realidade ou Discurso. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 5 ed. Recife: Cortez, 2001.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, Dec. 2007.

MEADOWS, Donella H; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. – **Limites do crescimento**, SP: Editora Perspectiva AS, 1972.

MOL, A. P. Ecological Modernization and the Global. **Global Environmental Politics**. Massachusetts Institute of Technology. 2:2, 92-15. 2002

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 26, n. 74, 2012.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício (orgs.). **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ibama, 2002.

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2005.

RIST, G. **The history of development: from western origins to global faith**. 3rd ed. London: Zed books, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro Garamond, 2004.

SARTORE, Marina de Souza. **Investimento e Sustentabilidade: a construção de uma nova agenda de pesquisa**. 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letrass, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3ª ed, Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Senac, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. V.1. 4ª ed. São Paulo: Editora UNB, 2009.

ZELIZER, Viviana A.. Dualidades perigosas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, abr. 2009 .